

## A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO VARGAS NO PARANÁ

Maria Cecília Marins de Oliveira<sup>1</sup>

Ana Maria Cordeiro Vogt<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer e dar esclarecimentos sobre a política de educação do Governo Vargas, no Paraná, no do período de 1930 a 1945. Pretendeu-se compreender a estrutura da educação, a organização e o funcionamento das escolas de ensino primário. A inovação na educação foi a criação de escolas rurais, com o intuito de formar profissionais de maneira teórica e prática. As relações com o contexto histórico elucidam os envolvimento ideológicos que marcaram o Governo Federal e também Estadual, segundo o pensamento nacionalista. O regime autoritário da Ditadura de Vargas não deixou de lado os investimentos educacionais, embora nem todos fossem coroados de êxito. Apesar dos problemas e das dificuldades enfrentados na educação, o Paraná obteve desenvolvimento e expansão na rede de ensino, em virtude das idéias renovadoras para a educação.

**Palavras chave:** política de educação; história; escolas; educação do Governo Vargas; escolas rurais.

### ABSTRACT

This work has the objective of knowing and clarifying of the Vargas Government educational politics, in Paraná, on the period of 1930 to 1945. It was intended to understand the structure of the education, the organization and the functioning of primary schools. The innovation in the education was the creation of agricultural schools, with the intention of forming professionals in a theoretical and practical way. The relations with the historical context elucidate the ideological involvement that marked the Federal and also State Government, according to the nationalistic thought. The authoritarian regimen of the Dictatorship of Vargas did not leave aside the educational investments, even so not all of them were successful. Despite the problems and the difficulties faced in the education, Paraná got developed and expanded, in the education, in virtue of the renewing ideas for education.

**Key Words:** politics of education; history; schools; Vargas Government educational; agricultural schools.

---

1 Profª Dra. Maria Cecília Marins de Oliveira – PPGE, Universidade Federal do Paraná. Núcleo de Pesquisa - Centro Universitário Campos de Andrade – Uniandrade. E-mail: cecioliveira@onda.com.br

2 Profª Ms. Ana Maria Cordeiro Vogt. Núcleo de Pesquisa – Centro Universitário Campos de Andrade – Uniandrade. E-mail: ana.vogt@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este estudo de âmbito histórico-regional aborda a educação no Paraná, entre os anos de 1930 e 1945, no período do Governo de Getúlio Dornelles Vargas. O projeto de pesquisa que viabilizou este estudo foi resultante do levantamento de fontes bibliográficas e oficiais, estas últimas, relativas às correspondências, retratadas em ofícios e requerimentos, que foram realizadas em instituições escolares, públicas e particulares, e os diferentes níveis da administração pública, como Inspetoria, Secretaria e Governo do Estado. A fase do período Vargas foi caracterizada por acontecimentos nacionais e internacionais relevantes que afetaram a vida da sociedade brasileira e, em particular, paranaense, com repercussões nas áreas, econômica, política, administrativa, social e, notadamente, educacional.

A pesquisa guarda sua importância no sentido de verificar os encaminhamentos dados à educação no Paraná, em razão das mudanças no regime político do país que, inclusive, contou com duas novas Constituições e novas Reformas para a educação que tiveram influências nas medidas educacionais tomadas pelo Governo do Estado. Cabe ressaltar, os poucos trabalhos sobre a educação no Paraná, neste período, fazendo-se assim, necessária a investigação bibliográfica e de documentos oficiais, para elucidar o desenvolvimento e a expansão do ensino no Estado.

O objetivo está centrado no conhecimento do desenvolvimento do ensino, de maneira geral, bem como o direcionamento dado pela política educacional na expansão da rede escolar. Salienta-se o enfoque dado ao ensino primário, por ser ele a primeira etapa do processo de aprendizagem e ter ele a característica de ensino básico, fundamentalmente importante para o prosseguimento de estudos.

O método histórico constituiu-se na base da metodologia desta pesquisa, com a aplicação das técnicas da heurística, relativa às etapas de levantamento documental, da crítica, relativa à fidedignidade dessas documentações e da hermenêutica, relativa à interpretação dos dados obtidos, em documentos e obras. O método comparativo possibilitou estabelecer correlações entre ações governamentais e estaduais, entre as diversas legislações e outros aspectos que foram objeto de comparação.

As fontes pesquisadas foram de ordem bibliográfica e de documentação oficial, sendo as obras aquelas histórico-contextuais, relativas aos temas que tratam de questões econômicas, políticas, sociais, culturais e as de conteúdo específico sobre a educação. Os documentos oficiais disseram respeito às Mensagens e Relatórios de autoridades governamentais e às legislações, federal e estadual, considerando reformas, regulamentos, decretos, resoluções, ofícios entre outros.

Os dados extraídos das fontes permitiram a reconstrução do movimento revolucionário de 1930, em razão do qual se abriu novo momento na vida política, econômica e social do Brasil, atingindo as estruturas político-partidárias que se assentavam numa política oligárquica, constituída, originariamente, na política que veio se desenvolvendo desde o período Imperial. Os conflitos internacionais, provocando a deflagração da Primeira Grande Guerra e, posteriormente, da Segunda Guerra Mundial, nos quais se envolveram os Estados Unidos da América do Norte e diversos países do continente europeu, geraram uma série de mudanças nas condutas político-econômicas que se refletiram na educação. No Brasil, os procedimentos político-administrativos redirecionaram as atividades dos diferentes setores da vida pública, dentre eles a educação, com base numa nova perspectiva de formação escolar, visando o enfrentamento de uma nova conjuntura política.

### **NOVO MOMENTO POLÍTICO E EDUCACIONAL NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)**

A criação de novos setores de produção no país, para o incentivo à atividade industrial e o incremento às atividades, comercial e agro-pecuária, exigiram a tomada de novas posições em relação à educação, pretendendo a formação de pessoal qualificado para o desempenho de atividades ligadas àqueles setores. Assim também, as novas idéias circulantes no mundo europeu e nos Estados Unidos propondo uma nova forma de realizar o ensino, denominado “escola nova”, concorreram para esta nova perspectiva de formação escolar, encontrando acolhida entre os defensores da renovação do ensino que apregoavam uma nova etapa de reconstrução nacional, através da educação, por meio de um programa de realizações práticas ante a constatação da precariedade do ensino e de suas deploráveis condições físicas, materiais e humanas. Nas palavras de Fernando de Azevedo, Anísio Spíndola Teixeira e muitos outros intelectuais da época a educação no país teria que deixar de ser privilégio de poucos e prerrogativa de muitos. (Manifesto dos Pioneiros da Educação. In: MACIEL DE BARROS, 1960).

A Constituição de 1934 trazia em seu bojo este apelo, determinando a democratização do ensino brasileiro e abrindo um capítulo específico sobre a educação. A idéia de uma diretriz nacional para a educação cedeu lugar a novas reformas, aprovadas pelo Ministro Francisco Campos, frente à Pasta da Educação e Saúde, como o foi o de 1931 para o ensino secundário. Posteriormente, após o golpe de Estado, em

1937, novas reformas foram aprovadas pelo então Ministro da Pasta da Educação, Gustavo Capanema, a partir de 1942, procurando dar novos contornos à educação brasileira, em seus diferentes níveis, notadamente aos ensinos secundário, profissionalizante e superior.

## **A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA**

As idéias de nacionalização que vinham sendo colocadas em prática desde a década de 1920 tornaram-se expressivas após 1930 ante a repercussão das ideologias nacionalistas, fascista e nazista.

Diante do novo quadro político que se descortinava sob o comando de Vargas, os governantes dos Estados participaram das novas medidas, procurando acompanhar o novo momento político e administrativo do governo federal. Foi este momento de mudanças que se poderia identificar como momento de transição política, no qual o processo de transformação começava a se operar, em razão da grande crise mundial de 1929, que afetou seriamente o Brasil, como se refere Prado Jr. (1981, p. 287). A economia sofreu mudanças qualitativas e, com o apoio da imigração e do trabalho assalariado, foi possível iniciar a transferência da renda aplicada no setor agrícola que objetivava as exportações, para a produção industrial que estava voltada para o mercado interno. (ROMANELLI, 1996, p. 48).

Conforme elucida Padis (1981, p. 62), a economia paranaense, no final da década de 1920, também se apresentava em crise, em virtude da queda das exportações, em nível nacional, afetando produtores de mate e café. Esta foi a crise mais prolongada e mais violenta de todo o período de vida autônoma do Estado do Paraná. O desemprego e os baixos níveis salariais geraram a migração expressiva de operários para os estados vizinhos.

As eleições de 1º de março de 1930 deram a vitória a Júlio Prestes, candidato do então Presidente da República, Washington Luiz, porém com pequena margem de diferença de votos, para o candidato da oposição Getúlio Vargas, apoiado pelo partido de coligação Aliança Liberal. A denúncia de fraude por Vargas, nas eleições, atesta Carone (1977, p. 420), desencadeou o descontentamento das classes urbanas que começaram a se manifestar contra o governo, originando o movimento revolucionário dos rebeldes do Rio Grande do Sul sob o comando de Vargas, marchando em direção ao Rio de Janeiro.

As tropas vindas do Rio Grande do Sul chegaram, em 5 de outubro de 1930, em Curitiba, onde foram recebidos com simpatia pela população e apoio dos militares, sob o comando do Major Plínio Tourinho, responsável pela 5ª Região Militar. O General Mário Tourinho, indicado para o Governo Provisório do Estado, assumiu, nesse mesmo dia assumiu a Presidência do Estado como Interventor Federal. (CURITIBA 300 anos, 1993, p. 286). A pouca habilidade política deste General levou à sua renúncia, em 29 de dezembro de 1931, sendo sucedido por Manoel Ribas, indicado para solucionar os confrontos políticos surgidos na intervenção daquele governante. No poder, Manoel Ribas permaneceu durante quinze anos, governando ao longo do período do Governo Vargas. Manoel Ribas soube realizar um governo com autoridade e prestígio, tendo o mesmo êxito que caracterizou sua bem sucedida carreira na área administrativa empresarial.

A crise econômica paranaense, originada pela sensível redução das exportações do mate, ante a retração de compra pelo governo argentino, perdurou por alguns anos. Nem mesmo a exportação de madeira que teve alguma expressão entre os anos de 1916 e 1925, conseguiu reerguer a economia do Paraná. O pinho paranaense de qualidade inferior, devido à baixa tecnologia, tinha seus preços superiores em relação àquele importado dos Estados Unidos e do Canadá. (PADIS, 1981, p. 63).

Outro fator concorrente à precariedade da economia paranaense estava na deficiência do seu sistema viário, que limitava a circulação de mercadoria e impedia o desenvolvimento econômico. As altas tarifas ferroviárias também prejudicavam as exportações, além das pequenas extensões de linhas férreas que não colocavam em contato as regiões produtivas com os mercados consumidores, principalmente, São Paulo.

A recuperação da economia do Paraná afinal acontece com a produção do café, em virtude do aumento do preço deste produto no mercado internacional, estimulando a sua produção pelos paranaenses. A procura de terras favoráveis ao plantio direcionou a demanda de paulistas, mineiros e nordestinos para o norte do Estado, em busca de terras e trabalho. (PADIS, 1981, p. 69).

Para o sucesso da colonização ao norte do Estado, o Governo estabeleceu concessões a companhias particulares, para o loteamento ordenado das terras, tendo em contra-partida a exigência da construção de rodovias e ferrovias ligando o norte do Estado à sua Capital e à cidade de São Paulo. O desenvolvimento econômico do Estado, embora não tenha acontecido sem algumas dificuldades e descumprimento de cláusulas pelas companhias contratadas, permitiu o surgimento de novos centros urbanos e o incremento às atividades comerciais. A circulação de dinheiro possibilitou a recuperação econômica do Estado e, Curitiba, inclusive, adquiriu maior projeção no

cenário paranaense, passando a ter o controle das decisões de cunho econômico, anteriormente, concentradas em São Paulo. (Balhana, Machado, Westphalen, 1969, apud EL-KHATIB, 1969).

## **A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

As novas idéias que direcionaram a renovação da educação, diz Romanelli, (1996, p. 25), foi resultado das influências de educadores e intelectuais europeus e americanos que movimentaram educadores e intelectuais brasileiros, em diversos Estados, em prol das novas teorias pedagógicas da Escola Nova, contribuindo para o avanço do sistema educacional no país. Nomes importantes aglutinaram-se em torno dessas idéias e promoveram reformas educacionais em seus estados, defendendo, fundamentalmente, os métodos ativos de ensino e aprendizagem.

No Paraná, os professores Heitor Lyra da Silva, Lysimaco Ferreira da Costa, Raul Gomes, foram entre outros, nomes expressivos neste movimento de renovação, cujos objetivos concentravam-se no problema da educação para a população em geral. Este problema, entretanto, como coloca Niskier (1989, p. 243), ainda persistia na década de 1930.

A Primeira Conferência, realizada pela Associação Brasileira de Educação, em 2 de julho de 1927, em Curitiba, deveu-se a influência da figura de Lysimaco Ferreira da Costa, promotor de idéias renovadoras para solucionar a crise da educação nacional. (COSTA, 1987, p. 287). Posteriormente, outras Conferências foram realizadas, em outros Estados, todas elas objetivando discussões em torno da questão da educação para a formação integral do homem e do cidadão. (COSTA, 1987, p. 396).

A grande contribuição dessas conferências foi a de chamar a atenção para as questões de alfabetização, formação de professores, canalização de recursos financeiros e preparação profissional adequada às exigências das mudanças econômicas que se faziam necessárias ao país. A Constituição de 1934, de cunho liberal, expressou o pensamento democrático dos que defendiam a escola acessível a todos, impondo à União responsabilidades do direcionamento da educação nacional, sua fiscalização e ação supletiva no caso de deficiência de iniciativa e recursos. (FÁVERO, 1996, p. 143).

Em conseqüência do golpe de Estado, foi outorgada a Constituição de 1937, que apesar de expressar uma ideologia totalitarista, contemplou a educação, ressaltando

a necessidade de formação profissional, destinada, inicialmente, às classes menos favorecidas. Acabou, porém, delegando aos Estados o maior compromisso com a educação e, embora não extinguisse, não ratificou o compromisso da obrigatoriedade e da gratuidade em sua extensão e profundidade, como pretendiam os pioneiros da educação. (GHIRALDELLI, 1994, p. 82).

No Paraná, na fase do Governo de Mário Tourinho já estavam sendo salientados os graves problemas com a educação, em grande parte, pela falta de recursos financeiros do Estado. A organização escolar permanecia conforme as regulamentações do Código de Ensino, de 1917, tendo sido aprovado, em 1931, o Decreto nº 589 (PR. Decreto de 9 de março de 1931, publicação de 1954), que instituía a seleção de professores públicos mediante concurso.

Diversas medidas foram tomadas pelo sucessor de Mário Tourinho, o Interventor Manoel Ribas, para estabilizar o ensino público primário e dar nova feição à rotina escolar, como o controle de professores faltosos, a construção de modernos Grupos Escolares, assim como a reforma daqueles que não mais atendiam às suas finalidades. (PR. Mensagem do Interventor Manoel Ribas, 1935).

Outra medida foi a remodelação da Inspeção Escolar para garantir a supervisão nas escolas públicas do Estado, sem a implementação de nenhuma inovação pedagógica. Os programas escolares não tiveram alteração, sendo reimpressos aqueles elaborados sob a supervisão de Pietro Martinez, ainda na década de 1920. (RATACHESKI, 1953, p. 46). A Inspeção Escolar, entretanto, foi remodelada, sendo criadas cinco Inspetorias Regionais de Ensino, com sede nos Municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Rio Negro e Imbituva, as quais, estrategicamente, teriam outros municípios sob sua supervisão. (PR. Decreto nº 528, de 4 de março de 1932. DOE/PR, nº 346, p. 1). Assim, instalava-se o controle e a fiscalização próxima às instituições de ensino, numa clara demonstração do espírito totalitarista que, aos poucos, impregnaria os meios políticos.

De acordo com o Código de Ensino de 1917, as escolas primárias ficavam distribuídas segundo a idade dos alunos, dividindo-se a Pré-Escola, em Maternal, com a admissão de crianças de 2 a 3 anos de idade, e, em Jardim de Infância, destinados às crianças de 4 a 7 anos. A Pré-Escola preparava para o ensino primário que ficava dividido em 4 séries graduais, sendo obrigatório para meninas de 7 a 12 anos e para meninos de 7 a 14 anos. (PR. Decreto nº 17, de 4 de março de 1916. Publicado em 1917).

As escolas primárias ficavam classificadas, conforme o Código de 1917, em escolas simples, combinadas ou reunidas e escolas ambulantes podendo, as duas

primeiras, serem urbanas, suburbanas ou rurais. De acordo com o sexo, as escolas classificavam-se em masculinas, femininas e mistas, estas últimas funcionando com a autorização da Direção Geral da Educação que permitia a freqüência de meninos até a idade de 10 anos junto com meninas. (PR. Decreto nº 17. Publicado em 1917.).

Em 1932, o Decreto nº 1.874, definiu o Regimento Interno dos Grupos Escolares, no qual ficaram estabelecidas regras de funcionamento para as escolas públicas, bem como os programas para cada série e a classificação dos grupos em categorias, sendo os de categoria 1, os Grupos com 15 ou mais classes; os de categoria 2, os Grupos com 8 a 14 classes e os de categoria 3, os Grupos com 4 a 7 classes. (PR. Decreto nº 1874, de 29 de julho de 1932. Publicado em 1932.).

A respeito da aprovação de um regulamento geral estadual que ordenasse a vida do ensino, a estrutura e o funcionamento das escolas não se teve notícias, em documentos oficiais e tampouco na legislação. Foram leis especiais aprovadas que, aos poucos, deram os contornos à educação no Paraná, de acordo com as necessidades que foram surgindo, mas, principalmente, em relação às determinações exaradas pelo Governo Federal, por meio de seu Ministério.

A maior polêmica existente no período, dizia respeito ao conflito entre os liberais, defensores da Escola Nova que almejavam um ensino obrigatório, gratuito e laico, e os católicos, adeptos e defensores da Pedagogia Tradicional, na qual estaria presente o ensino religioso católico nas escolas públicas, considerado fundamental para a formação moral das crianças, além da formação no meio familiar. Conforme Rocha, a questão ia além do aspecto religioso, envolvendo questões de coeducação dos sexos e monopolização da educação pelo Estado. (FÁVERO, 1996, p. 130).

Ainda, no tocante à religião, as questões giravam em torno da incompatibilidade do ensino religioso com o ensino da moral e do civismo, alegando-se a impossibilidade de desvinculação da formação moral sem o fundamento da religião. (HORTA, A Constituinte de 1934: comentários, apud FÁVERO, 1996, p. 145-46).

Com o Ministro Francisco Campos, defensor dos estreitos laços entre a Igreja e o Estado, o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas, ainda em 1931, na condição de ensino facultativo. No Paraná, todavia, nenhuma referência se encontrou sobre esta polêmica em Mensagens ou Relatórios de autoridades, havendo somente na Mensagem do Governo de 1936, breve referência à questão da formação moral da criança.

Nestes primeiros anos de Governo de Manoel Ribas diversas medidas positivas foram tomadas em relação à educação, como maior liberdade didática aos



professores, criação de associações escolares, assistência médica e dentária para os alunos, homogeneização das classes, festas cívicas, excursões entre outras.

A Constituição Política do Paraná de 1935 determinava a canalização de recursos da ordem de 20% do montante da receita de impostos. Ribas, entretanto argumentava a superioridade dos investimentos na educação à previsão constitucional. (PR. Decreto nº 2.623, de 31 de dezembro de 1934, publicado em 1936, p. 53). Apesar das dificuldades econômicas em outros setores da vida pública, a educação foi beneficiada, neste período.

Em 1937, novo Código de Educação foi proposto, em substituição ao de 1917, privilegiando a reforma de métodos e processos de ensino. Conforme Miguel (1992, p. 91), suas idéias fundamentais foram consubstanciadas em decretos e leis que vigoraram após 1938, nos quais se previa a adoção de métodos ativos, elaborados a partir da psicologia diferencial e experimental, propostos por Decroly, Montessori, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros educadores. (PR. Mensagem, 1937, p. 30).

As inovações aos poucos foram implantadas, criando-se a Semana da Educação, destinada às atividades escolares, com destaque para as provas de educação física entre grupos escolares da Capital e de Escolas Normais do Estado. A reativação e criação de Cooperativas Escolares nas instituições públicas garantiram com êxito o compromisso da assistência médica-dentária aos alunos. (PR. Mensagem, 1937, p. 34).

Finalmente, a polêmica em torno do ensino religioso e a educação moral e cívica foi solucionada autoritariamente, por meio do Decreto nº 2.072, de 8 de março de 1940, que dispunha sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude. A denominada Juventude Brasileira fixava suas bases numa instituição em nível nacional, criada por deliberação do Presidente da República, com a finalidade de valorizar a cidadania, o patriotismo e o nacionalismo junto à juventude do país, assim como a educação física era reforçada para a criação de hábitos e práticas de higiene nas crianças e jovens. (PR. Decreto nº 2.072, de 8 de março de 1940).

Estas medidas e outras que foram determinadas, autoritariamente, pelo Governo de Vargas tinham como ponto referencial os movimentos e idéias totalitárias que se fortaleciam na Europa, com Mussolini na Itália, Stalin na União Soviética e o Nazismo triunfante na Alemanha, desde 1933. (BRASIL 500 anos, 1999, p.694). Sob a influência dessas idéias, extremamente nacionalistas, foi fundada a Ação Integralista Brasileira, com idéias que norteavam também a instituição Juventude Brasileira.

Apesar de idéias tão radicais estarem circulando nos meios intelectuais do Brasil, a educação continuava em seu ritmo de investimentos pelo Governo, construindo

novos prédios escolares e incentivando campanhas de alfabetização, que correspondiam àquelas expectativas nacionalistas.

O Paraná com sua tradicional vocação agrícola contou com grandes investimentos no ensino agrícola rural, com a criação de duas escolas, uma em Rio Negro e outra em Palmeira, a qual levava o nome do Presidente, além da inauguração de uma escola de pesca em Guaratuba e melhorias naquela que funcionava na Ilha das Cobras. (PR. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1942, p.35).

A política nacional de educação, durante o Estado Novo, teve acentuadamente o controle da União, obrigando os Estados ao cumprimento das determinações federais. Assim, a questão educacional foi ponto central das preocupações do Governo, atendendo desta maneira as reivindicações da sociedade brasileira, tanto em âmbito federal como estadual, mas, principalmente, à ideologia nacionalista, nazi-facista, à qual Vargas devotava simpatia e inclinações.

Em termos de inovações, continuava-se com a mesma prática pedagógica, ressaltando-se as tentativas de introduzir novos métodos e novas atividades pedagógicas orientados pelas propostas da Escola Nova, por Erasmo Piloto, junto às Escolas Normais. (RATACHESKI, 1953, p. 35).

## **A ECONOMIA AGRÍCOLA E AS ESCOLAS RURAIS**

A inovação na educação do Paraná retratou-se no incentivo dado à criação de escolas rurais agrícolas, a partir de 1930, que deram início à educação profissionalizante agrícola no Estado. Esta modalidade de ensino fortaleceu-se e fundamentou-se no direito à cidadania dos brasileiros. Conforme Santos (Jornal "O Dia", 1933), a definição de Pátria, dada por Torres, era o respeito ao homem urbano e ao homem rural, praticado através da permanência oportuna de cada um em seu espaço físico e cultural.

As escolas rurais foram criadas e mantidas pelo Estado por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, com o objetivo de formar profissionais para a agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos necessários a atender a lavoura e a pecuária do Paraná. (PR. Decreto nº 234, 1935). Além das orientações de cunho agrícola, as escolas rurais contavam com conteúdos do ensino primário regular e estavam divididas em três cursos: Primário, que seguia as orientações e programas utilizados nas escolas primárias do Estado; Complementar, ministrado em dois anos e

dividido em quatro semestres e o Profissional, ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres, com o objetivo de formar profissionais na área. O regime de funcionamento era de internato, com frequência obrigatória nas aulas teóricas e práticas. (PR. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1935).

Pelo Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, foi aprovado o Regulamento das Escolas Rurais que passaram a ser denominadas Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. (PR. Decreto nº 7.782, 1939). A primeira Escola foi instalada na Capital e as demais foram sendo criadas nas zonas rurais, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, embora para as mulheres o funcionamento da Escola fosse independente daquele das Escolas masculinas. Nas Escolas femininas, além das disciplinas para o curso masculino, havia o ensino de educação doméstica, com o objetivo de tornar as alunas excelentes donas de casa rural, sabendo usar os produtos da lavoura e garantindo melhor alimentação familiar.

Novos cursos foram criados, o Curso Primário Agrícola e o Curso Agrícola Profissional. O primeiro, com duração de quatro anos, constava de ensino elementar nos primeiros dois anos e ensino prático de agricultura e pecuária nos dois últimos anos. O segundo, ministrado em três anos, contavam com oito cadeiras, critérios de provas e julgamentos como se adotava nos ginásios oficiais. Ao término do Curso o aluno recebia o certificado de Capataz Rural. (PR. Decreto nº 7.782, 1939).

A análise feita por Erasmo Piloto sobre essas escolas demonstrou que seus objetivos não foram totalmente alcançados. Conforme o educador, lamentavelmente, o plano de Ribas não produziu os resultados esperados. Acabaram essas escolas, tornando-se abrigo de menores abandonados. A boa vontade de alguns diretores, técnicos e professores foram insuficientes para vencer os erros do plano sobre o qual se assentavam as escolas. (PILOTTO, 1954, p. 104).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação das escolas rurais primárias e sua trajetória expressam na prática a insuficiência para atender a realidade educacional. A consequência evidenciou a falta de investigação da realidade social, em relação aos modelos idealizados pelos educadores da Escola Nova, para a definição da função social do ensino primário. As dificuldades educacionais, tanto em relação às escolas primárias urbanas como às escolas primárias rurais, atestam a complexidade e a diversidade dos processos educacionais que não garantiram o êxito de um funcionamento adequado e

compatível à clientela escolar, tendo em vista o pouco preparo do corpo docente e a insuficiência de recursos físicos e materiais. A escola primária, no dizer de Azevedo (1930, p.167-84), deveria espelhar no seu ensino a destinação de sua finalidade maior que é a função social.

Apesar dos entraves e insucessos, o Paraná realizou avanços e venceu desafios para superar as dificuldades existentes para o desenvolvimento do sistema de ensino qualificado, no Governo de Manoel Ribas. As propostas, de certa forma arrojadas, tiveram algum resultado e influência nos anos subseqüentes, porém esbarraram num contexto social ainda instável e desestruturado que pouco compreendeu e alcançou os objetivos governamentais e os esforços de educadores para a modernização da escola tradicional, transformando-a numa escola ativa, cujo centro das atenções seria o aluno ativo e participativo no processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A socialização da escola. **Boletim da Educação Pública**, v. 1, n. 2, p. 167-84, abr./jun., 1930.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. Introdução. Paraná tradicional. Paraná moderno. In: EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba, Grafipar, 1969. 3 v., 4 v.
- BARROS, R. S. M. de. **Ensaio sobre a educação**. São Paulo: EDUSP, 1971.
- BRASIL 500 anos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CARONE, E. **A República Velha**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- COSTA, M<sup>a</sup> J. **Lysimaco Ferreira da Costa – a dimensão de um homem**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.
- CURITIBA 300 anos. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: 1993. v. 48.
- FÁVERO, O (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.
- GHIRALDELLI Jr, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de História. 1500-2000.** São Paulo: Melhoramento, 1989.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

PARANÁ. Decreto n. 528. Cria cinco inspetorias regionais de ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 4 mar. 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.874. Aprova o novo Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 17 set. 1932.

\_\_\_\_\_. **Constituição: Política do Estado do Paraná.** Curitiba, 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 234. Cria a Escola de Trabalhadores Rurais e aprova o seu Regimento Interno. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 12 mar. 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 589. Estabelece a seleção de professores para as escolas públicas mediante concurso público. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 9 mar. 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 17. Código de Ensino de 1917. Regulamenta o ensino público no Estado do Paraná. **Coletânea de Leis.** Curitiba, Paraná. 1917.

\_\_\_\_\_. Decreto 2.623. Estabelece a receita e a despesa do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 31 dez. 1934.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.072. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude do Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 8 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.782. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 6 jan. 1939.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 16 maio 1935.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 1 set. 1936.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 1 set. 1937.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1935.** Curitiba, 1935.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1940-1941.** Curitiba, 1941.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1942.** Curitiba, 1942.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná.** Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954.

PRADO Jr, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

RATACHESKI, A. **Cem anos de ensino no Paraná.** Curitiba: 1953. Publicação da Junta Comercial do Paraná.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANTOS, A. Crise brasileira de educação. Jornal “**O Dia**”, Curitiba, 29 de março de 1933.